

**O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SUSTENTÁVEL:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

THE ROLE OF SCHOOLS IN BUILDING A SUSTAINABLE CULTURE: CHALLENGES
AND PERSPECTIVES

EL PAPEL DE LAS ESCUELAS EN LA CONSTRUCCIÓN DE UNA CULTURA
SOSTENIBLE: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS

Aline Valença de Oliveira Ribas¹ <https://orcid.org/0009-0002-2891-8983>

Adriano Alves de Rezende² <https://orcid.org/0000-0001-9538-3080>

Monnique Greice Malta Cardoso³ <https://orcid.org/0009-0008-6591-1987>

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Itapetinga, Bahia, Brasil;
aline.ribas@uesb.edu.br

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Itapetinga, Bahia, Brasil;
adriano.rezende@uesb.edu.br

³ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Itapetinga, Bahia, Brasil;
monnique.cardoso@edu.ufes.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo demonstrar o papel da escola, na Educação Básica, na formação de indivíduos ambientalmente responsáveis dentro da sociedade onde estão inseridos, bem como os desafios e oportunidades dentro da estrutura educacional para que isso ocorra. Para tanto, foi empregado como abordagem metodológica uma ampla revisão de literatura comparada com o ordenamento legal que regulamenta a Educação Básica brasileira no intuito de responder de forma robusta a pergunta que norteou esta investigação. Constatou-se que os grandes desafios enfrentados para implementação da Educação Ambiental nas escolas esbarram na capacitação de professores, apoio institucional, o alinhamento da Educação Ambiental com projetos práticos, ligados à realidade local, que lhes permitam compreender a complexidade das questões ambientais tem alto potencial de engajar dos alunos. Assim, construção de uma cultura sustentável no contexto escolar é um processo contínuo, coletivo e essencial para a sociedade contemporânea e na construção de alternativas responsáveis, solidárias e justas para as gerações presentes e futuras.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Básica; Pensamento Crítico.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the role of schools in Basic Education in the formation of environmentally responsible individuals within the society in which they are embedded, as well as the challenges and opportunities within the educational structure for this to occur. To this end, a broad comparative literature review was employed as a methodological approach, along with the legal framework that regulates Brazilian Basic Education, in order to robustly answer the question that guided this investigation. It was found that the major challenges faced in implementing Environmental Education in schools lie in teacher training, institutional support, and the alignment of Environmental Education with practical projects linked to local realities, which allow them to understand the complexity of environmental issues and have a high potential to engage students. Thus, building a sustainable culture in the school

context is a continuous, collective, and essential process for contemporary society and for building responsible, supportive, and just alternatives for present and future generations.

Keywords: Environmental Education; Basic Education; Critical Thinking

RESUMEN: Este artículo busca demostrar el rol de las escuelas en la Educación Básica en la formación de individuos ambientalmente responsables dentro de la sociedad en la que se insertan, así como los desafíos y oportunidades dentro de la estructura educativa para que esto ocurra. Para ello, se empleó una amplia revisión comparativa de la literatura como enfoque metodológico, junto con el marco legal que regula la Educación Básica brasileña, con el fin de responder con solidez a la pregunta que guió esta investigación. Se encontró que los principales desafíos enfrentados en la implementación de la Educación Ambiental en las escuelas radican en la formación docente, el apoyo institucional y la alineación de la Educación Ambiental con proyectos prácticos vinculados a las realidades locales, que les permiten comprender la complejidad de los problemas ambientales y tienen un alto potencial para involucrar a los estudiantes. Por lo tanto, la construcción de una cultura sostenible en el contexto escolar es un proceso continuo, colectivo y esencial para la sociedad contemporánea y para la construcción de alternativas responsables, solidarias y justas para las generaciones presentes y futuras.

Palabras clave: Educación Ambiental; Educación Básica; Pensamiento Crítico.

Introdução

Refletir, a partir de uma abordagem teórica, sobre o papel da escola na construção de uma cultura sustentável, discutindo os principais desafios e apontando perspectivas para a consolidação da Educação Ambiental no contexto educacional é fundamental para compreender como as Instituições de Ensino Básico (IEB) podem contribuir efetivamente para a transformação de práticas e atitudes voltadas à sustentabilidade. O artigo busca dar a devida importância de uma abordagem participativa e interdisciplinar, capaz de transformar a realidade escolar e ampliar as possibilidades de construir uma educação direcionada à sustentabilidade.

Assim, este estudo tem como objetivo discutir o papel da escola no contexto ambiental, constituindo-se como um instrumento essencial para formar os educandos e promover sua conscientização socioambiental.

As ações socialmente sustentáveis consistem na construção de relações saudáveis, capazes de fortalecer tanto o desenvolvimento individual quanto o coletivo. Tais ações buscam promover a cooperação, o respeito mútuo e a inclusão, criando ambientes em que prevalecem a solidariedade e a responsabilidade compartilhada (Meio Sustentável, 2025). Nesse contexto, a sustentabilidade social ultrapassa a simples convivência harmoniosa e se transforma em um processo contínuo de valorização da dignidade humana, estimulando a participação ativa dos indivíduos na busca por uma sociedade mais justa, equilibrada e comprometida com o bem-

estar de todos (Meio Sustentável, 2025; Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão – Funep, 2025).

A Educação Ambiental configura-se como uma prática essencial no campo educativo, pois não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas promove a formação de valores, o desenvolvimento de habilidades e a construção de atitudes responsáveis (Balduino Júnior *et al.*, 2025). Seu objetivo central é estimular o compromisso de alunos e da sociedade com a preservação do meio ambiente, reconhecendo que o cuidado com os recursos naturais está intrinsecamente ligado ao processo de formação humana. Ao longo do tempo, a sociedade tem ampliado sua consciência crítica e passou a refletir com maior seriedade sobre os impactos ambientais, compreendendo que as ações do presente interferem diretamente na qualidade de vida das gerações futuras. Dessa forma, a Educação Ambiental surge como um instrumento de transformação social, incentivando práticas sustentáveis, despertando a responsabilidade coletiva e apontando caminhos para a construção de um futuro mais equilibrado e justo.

No Brasil, as estratégias de Educação Ambiental passaram a se consolidar por meio da inclusão em currículos escolares, da capacitação e formação continuada de professores, além do respaldo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Essa legislação conferiu legitimidade ao tema e abriu caminhos para que a educação ambiental fosse reconhecida como parte fundamental do processo educativo, estimulando não apenas o aprendizado teórico, mas também práticas voltadas à consciência crítica e ao exercício da cidadania.

Em vista disso, considera-se que a formação inicial dos professores, na educação superior, necessita abordar o papel docente na educação ambiental; abrange, também, a educação básica, que conta com a contribuição dos saberes culturais e de políticas, com vistas à formação de educadores ambientais (Andrade; Moraes, 2021, p. 82).

Dessa forma, a Educação Ambiental no país se estrutura como um instrumento de transformação social, integrando o conhecimento científico às questões éticas e sociais, com vistas à construção de uma sociedade mais sustentável e responsável com o meio ambiente. O enfoque voltado para o desenvolvimento sustentável está cada vez mais presente nos atuais programas de estudo e, no caso brasileiro, encontra-se consolidado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento incorpora em suas diretrizes princípios fundamentais que convergem para a construção de uma educação capaz de responder aos desafios contemporâneos. Mais do que estabelecer os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, a

BNCC orienta a promoção de competências e habilidades que favorecem a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados com as questões sociais e ambientais.

De forma complementar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) estabelece que a Educação Ambiental deve ser integrada ao processo educativo em todos os níveis de ensino, promovendo a conscientização sobre a preservação do meio ambiente e o uso responsável dos recursos naturais. A LDB reforça que a educação ambiental não deve ser tratada apenas como disciplina isolada, mas incorporada transversalmente, formando cidadãos capazes de compreender as interações entre sociedade, economia e natureza.

Assim, a BNCC e a LDB se apresentam como instrumentos complementares de transformação social: enquanto a BNCC oferece diretrizes curriculares para a construção de competências e habilidades voltadas à sustentabilidade, a LDB garante o respaldo legal para que a Educação Ambiental seja uma prática contínua, preparando os estudantes para enfrentar os desafios globais, promover justiça social e construir um futuro mais sustentável, equitativo e responsável. Ao valorizar a interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, essas políticas reforçam a importância de formar indivíduos conscientes, colaborativos e inovadores, comprometidos com a preservação ambiental e o bem-estar coletivo.

Emerge então a seguinte pergunta de investigação: as escolas de ensino básico brasileiras, tem conseguido implementar ações concretas e práticas pedagógicas capazes de formar educandos e futuros cidadãos ambientalmente responsáveis e conscientes de seu papel social?

Além desta introdução, este artigo encontra-se dividido em outras quatro seções. A segunda seção traz o aporte teórico que sustenta e dá robustez a toda argumentação feita ao longo do texto, bem como os resultados e as conclusões posteriormente apresentadas. Nesta seção são discutidas a forma como é abordada a Educação Ambiental no Brasil e no mundo e apresenta uma série de práticas educacionais que favorecem a construção de uma cultura educacional voltada a sustentabilidade. Na terceira seção é apresentada detalhadamente a metodologia empregada para se responder à pergunta de investigação deste estudo. A seção quatro apresenta os resultados obtidos a partir do emprego da metodologia empregada. E na última seção são feitas as conclusões do trabalho que possam responder ao problema de investigação.

A Educação Ambiental no Brasil e no mundo

A Educação Ambiental (EA) tem se consolidado como uma área essencial para a promoção de uma consciência crítica acerca das relações entre sociedade e natureza, constituindo-se em um dos pilares do desenvolvimento sustentável em escala global. Desde a década de 1970, o tema vem sendo amplamente debatido em conferências e documentos internacionais que buscaram orientar Políticas Públicas e práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade. Conforme Dias (2004, p. 25), a educação ambiental “emerge como um processo de formação permanente, baseado em valores éticos e em atitudes que favorecem a convivência equilibrada com o meio ambiente”.

O movimento internacional pela educação ambiental ganhou força com a Conferência de Estocolmo, em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerada o marco inicial das discussões sobre meio ambiente em escala planetária. Nesse evento, ressaltou-se a necessidade de integrar educação e meio ambiente como estratégia de enfrentamento da crise ecológica global. Posteriormente, a Conferência de Tbilisi, realizada em 1977 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), definiu princípios e objetivos que orientam até hoje a Educação Ambiental, entre eles o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, a participação social e o fortalecimento da cidadania ambiental (UNESCO, 1978, p. 14).

Em âmbito mundial, a Educação Ambiental passou a ser compreendida como um processo educativo contínuo e interdisciplinar, que deve permear todas as dimensões da vida humana.

Jacobi (2003, p. 194) enfatiza que “a educação ambiental precisa ir além da transmissão de conteúdos ecológicos, sendo fundamentalmente um exercício político que visa à transformação social e à construção de novas formas de convivência”. Essa perspectiva amplia o papel da escola, que se torna um espaço de reflexão, ação e transformação, em que os indivíduos são incentivados a pensar criticamente sobre os impactos de suas práticas e a buscar soluções coletivas para os problemas ambientais.

No Brasil, as discussões sobre a Educação Ambiental começaram a se fortalecer a partir dos anos 1980, em sincronia com o movimento internacional. A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) (Brasil, 1999) representou um avanço significativo ao reconhecer oficialmente a Educação Ambiental como componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino. De

acordo com essa lei, a Educação Ambiental não deve ser tratada como disciplina isolada, mas integrada de forma transversal aos currículos, promovendo uma abordagem interdisciplinar e contextualizada (Brasil, 1999).

Além disso, a Conferência Rio-92 (ECO-92) e a Agenda 21 reforçaram o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável, destacando a importância da educação como ferramenta de transformação e conscientização ambiental. Sauv  (2005, p. 317) ressalta que a educa o ambiental deve ser entendida como “um processo de constru o de sentidos, de reconcilia o entre o ser humano e o mundo em que vive, e de cria o de novas formas de habitar o planeta”.

A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, o tema da sustentabilidade passou a integrar as competências gerais da educa o básica, o que representa uma importante oportunidade de consolida o da Educa o Ambiental no cotidiano escolar.

Portanto, tanto no Brasil quanto no contexto internacional, a Educa o Ambiental se configura como um campo em constante constru o, que exige engajamento coletivo, reflexão crítica e compromisso  tico. Trata-se de uma prática educativa que busca formar sujeitos conscientes de seu papel na sociedade, capazes de atuar de maneira responsável e solidária diante dos desafios socioambientais do século XXI.

Boas Práticas Educacionais para a constru o de cultura sustentável

A Educa o Ambiental configura-se como um campo de estudo e prática pedagógica que ultrapassa os limites da transmissão de informa es, assumindo caráter formativo, crítico e transformador. Segundo Loureiro (2012), trata-se de um processo que visa   forma o de sujeitos sociais conscientes, capazes de compreender a complexidade das questões ambientais e agir de modo responsável em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, a Educa o Ambiental deve ser compreendida como elemento indissociável da cidadania, pois contribui para o exercício de direitos e deveres em uma sociedade orientada pela sustentabilidade.

Para Gadotti (2000), a Educa o Ambiental deve ser entendida como parte da educa o para a sustentabilidade, que não apenas transmite valores de preserva o, mas transforma comportamentos e amplia a consciência crítica frente   crise socioambiental. Assim, torna-se imprescindível compreender a Educa o Ambiental como processo contínuo, interdisciplinar e integrado   vida escolar e comunitária.

Nesse contexto, a escola ocupa papel central nesse processo, uma vez que constitui um espaço privilegiado de socializa o e de produ o de saberes. Para Morin (2000), a educa o deve preparar o indivíduo para enfrentar as incertezas e desafios contemporâneos, entre eles, a

O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Aline Valença de Oliveira Ribas • Adriano Alves de Rezende • Monnique Greice Malta Cardoso

crise ambiental. A abordagem interdisciplinar, defendida por esse autor, dialoga diretamente com a necessidade de integrar conhecimentos científicos, éticos e sociais no cotidiano escolar, fomentando práticas que contribuam para a preservação do meio ambiente e para a construção de uma cultura sustentável. Essa perspectiva é reforçada por Sauv , que aponta a multiplicidade de abordagens na Educa o Ambiental, destacando que ela deve contemplar desde práticas de sensibiliza o ecológica até a promo o da justiça socioambiental, de modo a articular teoria, prática e transforma o social:

A análise dessas proposi es permite identificar uma pluralidade de correntes de pensamento e de prática na educa o ambiental: naturalista, conservacionista, resolutiva, científica, humanista, prática, crítica social, bio-regional, feminista, etnográfica, da justiça social, da sensibiliza o ecológica, da educa o para o desenvolvimento, da educa o para a cidadania e da educa o para a paz (Sauv , 2005, p. 319).

No contexto brasileiro, a legisla o educacional oferece suporte para a inclusão da Educa o Ambiental nos currículos escolares. A Lei n  9.394/1996 (LDB) estabelece que a educa o deve estar vinculada ao mundo do trabalho e   prática social, valorizando a forma o integral do cidadão. Já a Política Nacional de Educa o Ambiental (Lei n  9.795/1999) reforça a obrigatoriedade da Educa o Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não formal, assegurando que os processos educativos contemplem a dimensão socioambiental. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da sustentabilidade como princípio formativo, orientando que as práticas pedagógicas estejam voltadas para o desenvolvimento de competências relacionadas ao respeito   diversidade,   coopera o e ao cuidado com o planeta.

Esses marcos legais não devem ser entendidos apenas como orienta es normativas, mas como instrumentos que conferem legitimidade ao debate ambiental no espaço escolar. A BNCC, por exemplo, ao tratar das competências gerais, enfatiza a necessidade de os estudantes valorizarem a diversidade cultural e o meio ambiente, adotando atitudes responsáveis em rela o   sustentabilidade. Essa inser o demonstra que a Educa o Ambiental não se reduz a um tema periférico ou opcional, mas constitui parte essencial da forma o cidadã e da constru o de uma escola comprometida com a transforma o social.

A constru o de uma cultura sustentável no ambiente escolar exige a valoriza o das rela es humanas, do respeito mútuo e da solidariedade, aspectos destacados por Sachs (2009) em sua concep o de sustentabilidade multidimensional. A dimensão social da sustentabilidade, segundo o autor, não se restringe ao equilíbrio ecológico, mas inclui a

promoção da equidade, da inclusão e da justiça social. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental contribui para formar sujeitos capazes de questionar modelos de consumo predatórios e de propor alternativas para um futuro mais justo e equilibrado.

Contudo, a efetivação de uma cultura sustentável não é tarefa simples. Ela demanda a revisão de práticas pedagógicas, a superação de uma visão fragmentada do conhecimento e a articulação entre saberes disciplinares e experiências comunitárias. Além disso, exige um esforço coletivo da comunidade escolar para que a sustentabilidade seja vivida no cotidiano da instituição, seja por meio da gestão responsável de recursos, da criação de projetos coletivos ou da valorização de espaços de participação estudantil.

Entretanto, a implementação da Educação Ambiental nas escolas enfrenta desafios significativos. Estudos de Jacobi (2003) apontam que muitas práticas ainda se limitam a ações pontuais, como campanhas de reciclagem, sem alcançar a profundidade crítica necessária para promover mudanças efetivas. Esse quadro revela a necessidade de investir na formação inicial e continuada dos professores, garantindo que os educadores estejam preparados para articular os conteúdos ambientais de forma transversal, crítica e contextualizada. Nesse sentido, a formação docente não deve restringir-se a cursos eventuais ou a disciplinas isoladas, mas precisa contemplar uma perspectiva sistêmica, interdisciplinar e reflexiva, capaz de fortalecer o compromisso político-pedagógico com a sustentabilidade.

Outro ponto relevante é o papel das Políticas Públicas. Para Guimarães (2012), a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo político-pedagógico que busca fortalecer a cidadania ambiental e estimular a participação ativa da comunidade escolar. Dessa forma, a escola não atua isoladamente, mas como parte de um processo coletivo que envolve famílias, comunidades e instituições sociais, todos comprometidos com a preservação ambiental e a sustentabilidade. Essa dimensão comunitária amplia o alcance da Educação Ambiental, pois articula a escola com movimentos sociais, organizações não governamentais e iniciativas locais, fortalecendo redes de solidariedade em prol de uma educação para a vida.

Ao considerar tais elementos, compreende-se que a Educação Ambiental é atravessada por tensões e contradições, próprias de um contexto social marcado por desigualdades, interesses econômicos e disputas políticas. A crise ambiental global, agravada por fenômenos como o aquecimento climático, o desmatamento e a perda da biodiversidade, exige da escola um posicionamento crítico frente aos modelos de desenvolvimento hegemônicos. Como afirma Leff (2001), a questão ambiental não pode ser reduzida a uma dimensão técnica ou instrumental, mas deve ser analisada a partir de suas implicações éticas, sociais e culturais. Essa perspectiva

amplia o papel da escola, convocando-a a formar sujeitos capazes de compreender a complexidade ambiental e de intervir ativamente na construção de alternativas sustentáveis.

Por fim, ao reconhecer a Educação Ambiental como instrumento de transformação social, reafirma-se a necessidade de uma prática pedagógica voltada à emancipação. Freire (1996) destaca que a educação deve ser libertadora, estimulando a consciência crítica e a participação ativa dos sujeitos em sua realidade. Nesse sentido, a Educação Ambiental, ao dialogar com os princípios freireanos, pode contribuir para que a escola se torne espaço de reflexão, ação e construção coletiva de alternativas sustentáveis. A prática educativa, então, não se restringe a ensinar conteúdos ambientais, mas a criar condições para que os estudantes desenvolvam uma postura crítica, criativa e solidária frente aos desafios do presente e às responsabilidades com as gerações futuras.

Assim, a Educação Ambiental se consolida como eixo central de uma pedagogia transformadora, ao mesmo tempo crítica e propositiva, que busca integrar ciência, ética e cidadania em prol da sustentabilidade. Mais do que um campo disciplinar, ela representa um compromisso ético-político que desafia a escola a repensar seus objetivos, práticas e valores, projetando um futuro em que a justiça socioambiental e a dignidade humana sejam princípios fundadores da vida coletiva.

Metodologia

A metodologia adotada caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza bibliográfica e documental, voltado para a análise e reflexão sobre o papel da escola na construção de uma cultura sustentável e na promoção da Educação Ambiental. Por se tratar de um trabalho que busca discutir conceitos, analisar políticas educacionais e identificar perspectivas para práticas pedagógicas sustentáveis, optou-se por uma abordagem bibliográfica e documental.

De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa se orienta pela compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos e pela interpretação dos fenômenos em seus contextos, sendo especialmente relevante em estudos que envolvem características sociais, culturais e educacionais. Essa perspectiva justifica a escolha metodológica deste estudo, que busca compreender a Educação Ambiental não apenas como uma dimensão normativa, mas como um processo formativo e crítico que se manifesta em diferentes práticas e Políticas Educacionais.

Inicialmente, foi realizado um levantamento sistemático de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais que abordam os temas da Educação Ambiental na

Educação Básica, sustentabilidade, cultura escolar e Políticas Públicas Educacionais, com ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Em seguida, procedeu-se à análise documental, buscando compreender de que forma esses instrumentos orientam e estruturam a inclusão da Educação Ambiental nos currículos e nas práticas pedagógicas em diferentes níveis de ensino, mas fundamentalmente na Educação Básica.

Segundo Gibbs (2009, p. 45), a análise de informações e dados, sejam quantitativos ou qualitativos, envolve um processo sistemático de organização, codificação e interpretação das informações, com o objetivo de identificar padrões, categorias e significados que emergem do material analisado. Embora o presente estudo se apoie predominantemente em dados qualitativos, a reflexão metodológica proposta por Gibbs (2009) é relevante, pois destaca a importância do rigor analítico e da clareza nos procedimentos de exame dos dados e das fontes.

A partir do levantamento bibliográfico e da análise documental, foi realizada uma síntese interpretativa dos principais conceitos e abordagens sobre Educação Ambiental, cultura sustentável e o papel da escola como agente de transformação socioambiental. Essa discussão foi organizada em consonância com os objetivos do estudo, permitindo refletir criticamente sobre os desafios e perspectivas para a implementação de práticas pedagógicas sustentáveis na Educação Básica.

A escolha por uma abordagem teórica e qualitativa justifica-se pelo caráter do estudo, que não visa mensurar dados empíricos, mas compreender e analisar criticamente os conceitos, políticas e práticas relacionadas à Educação Ambiental. A revisão bibliográfica e documental oferece suporte teórico para a reflexão, possibilitando identificar caminhos para que as instituições escolares atuem como agentes de transformação socioambiental, promovendo a construção de uma cultura consciente, colaborativa e comprometida com a sustentabilidade.

Análise dos resultados

A análise bibliográfica e documental realizada permitiu compreender, de forma consistente, que a escola desempenha um papel estratégico e insubstituível na construção de uma cultura sustentável, atuando como espaço privilegiado de formação cidadã, diálogo crítico e transformação social. A partir do levantamento e interpretação das obras e documentos analisados, foi possível identificar que a Educação Ambiental se configura como elemento essencial para o desenvolvimento de competências voltadas à sustentabilidade, especialmente

quando trabalhada de maneira transversal, interdisciplinar e contextualizada. Os resultados apontam que a Educação Ambiental, quando realizada de modo integrado, possibilita a ampliação da consciência socioambiental e o desenvolvimento de competências essenciais para enfrentar os desafios ecológicos contemporâneos.

O estudo evidenciou que, tanto no cenário internacional quanto no brasileiro, há um movimento consolidado para a inserção da temática ambiental na educação formal. Documentos como a Conferência de Estocolmo (1972), a Conferência de Tbilisi (1977), a ECO-92 e a Agenda 21, assim como a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), influenciaram diretamente a formulação das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil, contribuindo para legitimar a sustentabilidade como princípio orientador das práticas educativas.

A análise da LDB (Brasil, 1996) e da BNCC (Brasil, 2018) revelou que ambos os documentos reforçam a importância do desenvolvimento sustentável no currículo escolar, defendendo que a Educação Ambiental seja abordada de forma contínua, integrada e contextualizada. Observou-se que a BNCC, ao incorporar a sustentabilidade entre suas competências gerais, abre caminhos para que a Educação Ambiental deixe de ser tratada como atividade isolada e passe a constituir fundamento da formação integral do estudante.

Contudo, os resultados também mostraram desafios ainda persistentes na efetivação da Educação Ambiental. A formação inicial e continuada dos professores permanece sendo uma das maiores fragilidades identificadas. A falta de preparo adequado dificulta a implementação de práticas pedagógicas críticas, participativas e interdisciplinares, resultando, muitas vezes, em ações fragmentadas ou pontuais, como campanhas esporádicas sem articulação com o currículo.

Artigos recentes como os de Escobar *et al.* (2024), Marques, Rios e Alves (2022), Souza (2022), Serra Júnior, Souza e Baldassini (2022) entre outros, trazem discussões relevantes a respeito desta temática e que dão robustez as análises apresentadas. Estudos recentes, como os de Escobar *et al.* (2024), Souza (2022) e Serra Júnior, Souza e Baldassini (2022), apontam que a falta de formação específica dos professores, a carência de recursos e a dificuldade de articulação entre teoria e prática constituem os principais desafios para a implementação da Educação Ambiental nas escolas. Esses resultados indicam que, embora exista um avanço no campo normativo e teórico, há lacunas no campo prático que dificultam a consolidação de uma cultura sustentável no ambiente escolar.

Escobar *et al.* (2004) investigou como a Educação Ambiental tem sido implementada nas Escolas Públicas e quais os principais desafios enfrentados nesse processo e as

oportunidades. Para tanto, o autor empregou como metodologia a revisão bibliográfica sobre o tema. Esses autores identificaram que, embora a Educação Ambiental seja identificada como importante, sua implementação não ocorre facilmente devido a falta de infraestrutura, a carência de formação específica dos professores e a dificuldade de integrar o tema às disciplinas. O estudo também identificou que projetos práticos, ligados à realidade local, apresentam o potencial de engajar os alunos e promover uma conscientização ambiental efetiva. Os autores destacaram a necessidade de uma maior formação docente e o apoio institucional para a implementação de Educação Ambiental no currículo escolar.

Por outro lado, a literatura também evidencia possibilidades concretas para superar tais desafios. Foram identificadas, nas produções analisadas, práticas pedagógicas eficazes, como projetos interdisciplinares, atividades vinculadas à realidade local, hortas escolares, ações de reciclagem e iniciativas de protagonismo estudantil. Esses elementos demonstram que, quando há planejamento, formação docente adequada e apoio institucional, a Educação Ambiental pode gerar impactos significativos na conscientização e no engajamento dos alunos.

Marques, Rios e Alves (2022), analisam a percepção ambiental dos estudantes da educação do Ensino Médio, profissional e de Instituições Públicas e Privadas como caminho possível para a implementação da Educação Ambiental. Os autores empregaram um estudo exploratório quali-quantitativo, baseado em dados primários obtidos por meio de questionários e observações realizadas no desenvolvimento das oficinas. Eles concluíram que os estudantes da escola pública e privada demonstram grande interesse por questões ambientais, além de demonstrarem consciência da necessidade de preservação ambiental.

Souza (2022), desenvolveu uma pesquisa buscando demonstrar que o conhecimento dos conceitos do que seja Educação Ambiental, bem como, o estudo do seu histórico pode proporcionar uma visão ampla e atual das principais questões ambientais, colaborando para que se possa implementar, no ambiente escolar, alternativas para sensibilizar alunos, professores e funcionários. O autor destaca a importância de inserir a Educação Ambiental no ambiente escolar considerando o contexto e a forma de vida do educando, de maneira que todos se mobilizem de forma efetiva.

Serra Júnior, Souza e Baldassini (2022) buscaram, em seu trabalho, analisar a importância e as contribuições da educação ambiental desenvolvida pelas escolas, visando a promoção do desenvolvimento sustentável. O estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica que se verificou a importância de se trabalhar a educação ambiental com vistas ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo acerca das relações ocorridas na sociedade que atingem a esfera ambiental. Para tanto, faz-se necessário o preparo dos professores para

trabalhar a Educação Ambiental, permitindo que os alunos obtenham conhecimentos sobre as questões ambientais e desta forma, possam atuar buscando um futuro sustentável para a sociedade contemporânea, tal como já indicado por Souza (2022). Os autores destacam que a implantação da educação ambiental nas instituições escolares pode contribuir de maneira eficaz para a conquista e construção de uma sociedade mais sustentável.

Outro desafio que surgiu foi a ausência de uma cultura escolar consolidada voltada para a sustentabilidade. Em muitas instituições, práticas sustentáveis não fazem parte da rotina, seja pela falta de recursos, seja pela falta de articulação entre os diferentes atores da comunidade escolar. Observa-se ainda que a Educação Ambiental enfrenta obstáculos relacionados às desigualdades sociais, às disputas políticas e às contradições próprias do modelo econômico vigente, o que exige da escola uma postura crítica e comprometida.

Por outro lado, foram identificadas boas práticas e perspectivas promissoras para a construção de uma cultura sustentável. Entre elas destacam-se:

- Projetos pedagógicos interdisciplinares que envolvem toda a comunidade escolar;
- A valorização do protagonismo estudantil em ações ambientais;
- A criação de hortas escolares, projetos de compostagem e economia circular;
- A parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais;
- A integração entre gestão escolar e práticas sustentáveis, como economia de recursos e reaproveitamento de materiais;
- O fortalecimento da visão crítica e política da Educação Ambiental, alinhada à pedagogia freireana.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa bibliográfica evidenciaram, a partir das fontes analisadas, que a escola possui potencial transformador na construção de uma cultura sustentável. Contudo, esse potencial depende diretamente de investimentos em formação docente, da efetivação das Políticas Públicas e da integração entre teoria e prática no cotidiano escolar.

Assim, entende-se que a literatura analisada não apenas confirma a importância da Educação Ambiental, mas também aponta caminhos e desafios para sua implementação, contribuindo de maneira significativa para a compreensão do papel da escola na promoção de uma sociedade mais sustentável.

Considerações Finais

Com base na reflexão teórica e na análise das Políticas Educacionais, entende-se que os objetivos propostos para o estudo foram atingidos. Entendemos que a escola tem papel central na construção de uma cultura sustentável, sendo responsável por promover não apenas o conhecimento sobre meio ambiente, mas também valores, atitudes e práticas que contribuam para a preservação da vida, a justiça social e o equilíbrio planetário. A Educação Ambiental, compreendida como processo crítico, contínuo e interdisciplinar, constitui-se como ferramenta fundamental para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos e fortalecer o exercício da cidadania.

A educação voltada para a sustentabilidade precisa, portanto, promover o engajamento ativo dos estudantes, permitindo-lhes vivenciar experiências concretas e reflexivas sobre a relação ser humano-natureza. Essa concepção rompe com uma visão meramente conteudista e linear de ensino, propondo uma formação que articula dimensões cognitivas, éticas e políticas.

A pesquisa mostrou que a consolidação da Educação Ambiental depende de uma atuação integrada entre Políticas Públicas, formação docente qualificada e práticas pedagógicas contextualizadas. Documentos como a LDB, a PNNEA e a BNCC oferecem bases legais e orientações pedagógicas importantes, mas sua efetivação exige que as escolas superem visões reducionistas e fragmentadas da temática ambiental, promovendo experiências significativas, participação estudantil e projetos que articulem teoria e prática.

Os desafios identificados, sobretudo a falta de formação adequada dos professores, a ausência de práticas contínuas e a fragilidade da cultura escolar sustentável, evidenciam que a transformação depende de investimentos estruturais e político-pedagógicos. É necessário ampliar espaços de formação crítica, fortalecer a gestão participativa e envolver toda a comunidade escolar no processo.

Ao mesmo tempo, as perspectivas apontadas demonstram que a escola possui grande potencial transformador. Quando mobiliza seus atores, articula saberes e promove experiências práticas e reflexivas, ela se torna ambiente fértil para o desenvolvimento de uma consciência ecológica e de um compromisso ético com o futuro do planeta.

Portanto, concluímos, a partir desse estudo, que a construção de uma cultura sustentável no contexto escolar é um processo contínuo, coletivo e essencial para a sociedade contemporânea. A escola, ao assumir sua função social e educativa de forma crítica e emancipadora, contribui para formar sujeitos capazes de compreender a complexidade da crise

O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Aline Valença de Oliveira Ribas • Adriano Alves de Rezende • Monnique Greice Malta Cardoso

ambiental e de atuar na construção de alternativas responsáveis, solidárias e justas para as gerações presentes e futuras.

Referências

BALDUÍNO JUNIOR, Ailton Leonel; DUARTE, Renata Neta; RODRIGUES, Maria Benta Cassetari; BALDUÍNO, Thalles Yurgen; MIQUELLUTI, David José; CAMPOS, Cláudia Guimarães Camargo; CAMPOS, Mari Lúcia. Educação ambiental e para sustentabilidade no ensino médio: uma revisão sistemática. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 6, p. e4628, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4628>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez., 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr., 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

ESCOBAR, Cristiane Tonetto; MARCHESINI, Renato; SOARES, Maria de Fátima de Souza; RAMOS, Camila Aparecida Santi; BATISTA, Moésia da Cunha; DE MELO, Pedro Aparecido Barreto. Educação Ambiental nas Escolas: desafios e práticas inovadoras. **ARACÊ**, v. 6, n. 3, p. 5297–5311, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1229>. Acesso em: 1 fev. 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO. FUNEP. Disponível em: <https://www.funep.org.br/institucional/mais-atitude/>. Acesso em 31 jan. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: da prática pedagógica à política educacional**. Campinas: Papirus, 2012.



JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica**. São Paulo: Cortez, 2012.

MEIO SUSTENTÁVEL. **Sustentabilidade Social**: princípios, importância e como promover. Disponível em: <https://meiosustentavel.com.br/sustentabilidade-social/>. Acesso em 31 jan. 2025.

MARQUES, Welington Ribeiro Aquino; RIOS, Diego Lisboa; ALVES, Kerley dos Santos. A percepção ambiental na aplicação da Educação Ambiental em escolas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 2, p. 527-545, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11612>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MORAES, José Carlos; ANDRADE, Marli Turetti Rabelo. Educação ambiental para construção de uma sociedade consciente dos princípios de sustentabilidade. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 81-95, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1832>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTEL, Johnny Félix Farfán; ARENAS, Raúl Delgado; PIMENTEL, Diana Eulogia Farfán. Educación ambiental, currículo, estrategias y políticas para la sostenibilidad: una revisión sistemática. **Alfa Revista de Investigación en Ciencias Agronómicas y Veterinaria**, v. 8, n. 23, p. 576-592, 2024. Disponível em: <http://www.scielo.org.bo/pdf/arca/v8n23/a22-576-592.pdf>. Acesso em 31 jan. 2025.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago., 2005.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: entre a modernidade e a pós-modernidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 315-332, 2005.

SERRA JUNIOR, Dionizio Ferreira; SOUZA, Rosa Cristina de; BALDASSINI, Rutineia dos Santos. A Importância da Educação Ambiental nas escolas para a promoção do desenvolvimento sustentável. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 8, p. 185-194, 2024. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/197>. Acesso em: 1 fev. 2025.

O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Aline Valença de Oliveira Ribas • Adriano Alves de Rezende • Monnique Greice Malta Cardoso

SOUZA, Marcio Henrique Francisco de. Análise sobre a importância de trabalhar a Educação Ambiental nas escolas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 3, p. 169-184, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/12717>. Acesso em: 1 fev. 2025.

UNESCO. **Intergovernmental Conference on Environmental Education: Tbilisi (USSR)**, Final Report. Paris: UNESCO, 1978.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Aline Valença de Oliveira Ribas. Discente da Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMAD/UESB), Especialista em Educação Especial. Especialista em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento. Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). <http://lattes.cnpq.br/4333544569334877>

Adriano Alves de Rezende. Doutor em Educação pela Universidade SEK, Chile. Docente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMAD/UESB). Líder do Grupo Estudos em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Coordenador do Laboratório de Estudos em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LECHSA). <http://lattes.cnpq.br/3801470402580714>

Monnique Greice Malta Cardoso. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PGMAD/UESB). Pesquisadora no Núcleo de Participação e Democracia - NUPAD/UFES. <http://lattes.cnpq.br/0770600336690252>

Como citar

RIBAS, Aline Valença de Oliveira; REZENDE, Adriano Alves de; CARDOSO, Monnique Greice Malta. O papel da escola na construção de uma cultura sustentável: desafios e perspectivas. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 6, n. 13, p. 1-17, jan./dez., 2025.

